

-----**ACTA Nº 4/2009**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 FEVEREIRO 2009**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Baptista Vidinha e José Carlos da Silva.-----

-----Foi considerada justificada a falta do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria fazer uso da palavra.-----

-----Usou da palavra a Senhora Vereadora Manuela Cunha, que manifestou a sua surpresa perante a prontidão do Senhor Presidente da Câmara em distribuir aos Vereadores a informação do despacho do Tribunal de Leiria referente ao acto do Senhor Vereador Francisco Maurício, porque relativamente a tantos processos em que a Câmara é acusada, nunca o Senhor Presidente se dignou a dar conhecimento dos diversos despachos, nem aos Vereadores nem à Assembleia Municipal.-----

-----Estranha agora a rapidez ao fazer chegar a informação relativa ao processo do Senhor Vereador Francisco Maurício. Deseja que esta melhoria se mantenha na generalidade, e não só quando os despachos lhe agradam. Espera ter em breve, um

relatório completo de todos os processos movidos contra a Câmara durante este mandato, já para não falar dos mandatos anteriores.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, estranha que tenha sido enviado aos Senhores Vereadores o despacho de arquivamento da sentença judiciária do Ministério Público do seu processo.---

-----O mesmo Vereador leu a seguinte declaração, que passo a transcrever:-----

-----"Falta de água em Paço dos Negros.-----

-----Quero notar que recebi informações que, desde sexta-feira, parte da população de Paço dos Negros esteve sem água nas torneiras. Este acontecimento é recorrente naquele lugar e causa muito mau estar entre os munícipes. É um assunto que deve ser encarado com seriedade.-----

-----Os pontos que vou abordar de seguida têm a ver com a inusitada pressão ilegítima que tem sido feita sobre o meu trabalho enquanto Vereador da Câmara Municipal de Almeirim pelo sr. Presidente da Câmara.-----

-----1 - Apoio Jurídico.-----

-----Dado que não estarei presente na discussão do ponto 4 da OT desta reunião, por estar impedido, quero prestar alguns esclarecimentos:-----

-----Publicou "O Mirante" a 6 de Fevereiro:-----

-----"O consultor jurídico da Câmara de Almeirim considera num parecer que o vereador Francisco Maurício, eleito pelo PS mas incompatibilizado com o presidente da autarquia, não tem direito ao apoio judiciário no processo que moveu contra o próprio município. O vereador requereu à câmara o pagamento de 2668 euros de custos com advogado e despesas de tribunal ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais. Mas o jurista Vítor Batista realça que a acção para suspender a decisão do executivo de permitir a construção de um estabelecimento prisional no concelho, foi interposta pelo vereador na qualidade de cidadão e não na qualidade de vereador."-----

-----Mas o que é isto? Então vai distribuir um parecer aos

órgãos de comunicação social e não dá conhecimento ao principal interessado?-----

-----Soube pelos jornais da existência do parecer e da antecipada deliberação do Executivo. Suponho que nem os seus colaboradores mais próximos tenha informado, como é hábito. A propósito recorde aos meus colegas vereadores com pelouros que registarei a sua posição neste caso. Há limites para tudo Senhores Vereadores.-----

-----Aos Senhores Vereadores da CDU e do PSD quero agradecer o apoio demonstrado e sugiro que não participem na deliberação cujo resultado já vem nos jornais.-----

-----A coacção financeira é uma forma vergonhosa de pretender condicionar o meu papel de autarca.-----

-----Avisei-o, em reunião de Câmara que não aceitaria nenhum parecer do advogado da Câmara - por motivos óbvios - e que, no mínimo, aceitaria a decisão da IGAL, aliás a quem V^a Ex^a anunciou publicamente que iria solicitar o parecer, o que não cumpriu como é normal.-----

-----Sobre este assunto foi agora distribuído um "dito parecer" do senhor Dr. Vítor Batista, que única e exclusivamente tem por objectivo pretender não considerar a minha legitimidade activa como vereador no exercício das minhas funções de pôr em causa as deliberações da Câmara Municipal, isto é omitindo que, como vereador, no exercício efectivo das minhas funções na Câmara Municipal gozo de legitimidade activa para instaurar acção administrativa especial que tenha por objecto, por um lado deliberação da edilidade de que o faço parte e que haja emitido pronúncia que alegadamente viole os chamados "direitos orgânicos ou estatutários" ou, por outro, omissão que viole igualmente aquele estatuto.-----

-----O que torna gravíssimo o constante deste "pseudo-parecer" é que esta situação refere-se ao processo 1518/08.2BELRA, processo cautelar sobre as deliberações da Câmara Municipal de 22 de Setembro de 2008 e 6 de Outubro de 2008, (tendo também sido promovida a Acção Administrativa Especial para declaração de

nulidade das deliberações em causa tomadas nestas reuniões referidas) que certamente é do conhecimento do senhor Dr. Vítor Batista e do senhor presidente e vereadores que o apoiam, mas não será dos restantes vereadores e por isso distribuo agora um exemplar para a senhora vereador Manuela Cunha e para o senhor vereador Dr. Pedro Pisco.-----

-----Registe-se, em acta, que mais uma vez o senhor presidente da câmara violou o nº 4 do artº 68º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro; pois não nos prestou qualquer Informação sobre os processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos. Pelo menos podia ter distribuído esta sentença, já que a minha pretensão foi julgada improcedente, sendo recusado a providência cautelar, e já foi em 24 de Janeiro de 2009 e certamente o advogado foi notificado desta decisão.-----

-----Por isso acho estranho que não o tenha feito ... ou talvez não.-----

-----Assim todos ficamos a saber que há razões para que o senhor presidente o tenha feito, violou o normativo legal, o que faz reiteradamente, aliás penso propô-lo para o "Guinness Book".-----

-----1º- Devo desde já dizer que o advogado do senhor presidente senhor Dr. Montalvo, na sua contestação nunca suscitou a minha legitimidade de vereador de promover a respectiva acção, ao contrário do que agora pretende o senhor Dr. Vítor Batista.-----

-----2º- Logo na primeira página da sentença o Excelentíssimo Juíz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, não confundir com o Ministério Público junto deste Tribunal, "coisa" que como se sabe é muito do agrado do senhor presidente, dá a resposta a esta questão:-----

-----.... **veio Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador da Câmara Municipal de Almeirim...**-----

-----Isto é, o Excelentíssimo Juíz do Tribunal Administrativo e Fiscal já se pronunciou sobre a minha legitimidade, facto que não foi contestado pelo Advogado senhor Dr. Montalvo, advogado do senhor presidente.-----

-----Por isso é completamente falso o afirmado pelo senhor Dr. Vítor Batista de que ..." foi na qualidade de cidadão que o autor, o Sr. Vereador Francisco Maurício, demandou o Município" O senhor Dr. Vítor Batista, também omitiu que no processo está junto uma declaração, da Câmara Municipal de Almeirim em como desempenho funções de vereador nesta Câmara Municipal.-----

-----Considero por isso existir aqui um claro propósito malicioso, ou seja, com má fé material, pretender convencer de um facto ou de uma pretensão que sabe ser ilegítima, distorcendo a realidade que por si tem de ser conhecida, tentando deste modo pôr em causa o meu bom nome e honra pessoal, profissional e politica.-----

-----Mas também o senhor presidente não deu conhecimento desta decisão, como era seu dever, porque ele sabe, que na página 4 a 6 (III FUNDAMENTAÇÃO 1-Factos Provados), a razão e fundamentação para o pedido de declaração de nulidade da decisão sobre a proposta de suspensão do PDM, já se encontram sumariamente provado esses factos. Por isso a calma com que aguardo serenamente a decisão final do Tribunal, porque acredito que estamos num Estado de Direito, em que "Todos os cidadãos, sem excepção, sem que a sua condição de vereador importe uma diminuição dos seus direitos civis e políticos pois tal condicionamento significaria uma violação do principio da igualdade plasmado no artigo 13º da CRP: "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual".-----

-----O senhor consultor jurídico devia "conhecer" que os vereadores duma câmara municipal que hajam visto seu estatuto ofendido por acto ou omissão do presidente da edilidade ou por deliberação da mesma câmara gozam de legitimidade activa para fazerem tutelar seus direitos e repor a legalidade administrativa através do recurso a acção administrativa

especial instaurada nos termos do artigo 55º nº1 alínea a) do CPTA em decorrência dos artigos 20º e 268º da CRP. Mas pelos vistos "omitiu" esta situação.-----

-----Note-se, ainda, que caso o vereador não concorde com a deliberação em crise, contra a mesma poderá votar, explicitando o seu sentido de voto, e com tal atitude fica isento de responsabilidade que eventualmente decorra daquela deliberação (cfr. arts. 28.º, n.º 2 do CPA e 93.º, n.º 3 da Lei Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias - Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11/01).-----

-----Como se torna claro foi dado cumprimento ao previsto legalmente para poder beneficiar nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 5.º e artigo 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais, do respectivo apoio judicial neste processo judicial, dado que o mesmo teve como causa o exercício das respectivas funções, e nas reuniões referidas foram violados os seus "direitos orgânicos ou estatutários" ou, por outro, verificou-se a omissão que violou igualmente aquele seu estatuto de vereador Finalmente considerando que o n.º 4 do art. 14.º do CPA traduz um claro reforço da posição do presidente como garante da regularidade e legalidade das deliberações colegiais, fazendo parte da função presidencial o poder-dever de "assegurar o cumprimento das leis e regularidade das deliberações" (cfr. n.º 2 do art. 14.º do CPA), poder esse que se traduz em deveres específicos como, por exemplo, o de verificação da competência do órgão para se pronunciar sobre certos assuntos (cfr. n.º 1 do art. 18.º daquele Código), ou de "assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações" (alínea q) do nº1 do artº 68º - Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11/01). -----

-----Solicito que este ponto da Ordem de Trabalho seja aprovado por minuta, de modo a que possa remeter o mesmo ao Excelentíssimo Juiz do Tribunal Administrativo de Leiria dado esta situação se poder tipificar como uma clara intimidação, com

intuito de me atemorizar e diminuir a minha acção e determinação de prosseguir as exigências de cumprimento da Lei em defesa do interesse dos cidadãos do meu concelho.-----

-----**2 - Processo 28/08.2TAALR**-----

-----Já agora questiono V^a Ex^a da existência de algum parecer que tenha sustentado a sua decisão de me mandar pagar a Taxa de Justiça, no valor de 192,00 €, respeitante ao Processo 28/08.2TAALR (constituição como assistente, apresentação de requerimento e constituição de advogado)?-----

-----Este processo diz respeito à violação e divulgação criminosa da minha correspondência pessoal, enquanto Vereador desta Autarquia.-----

-----**3 - Processo NUIPC Nº 28/08.2tAALR**-----

-----Na continuação da investida deste presidente da Câmara contra a minha liberdade e os meus direitos enquanto autarca, informo os meus colegas que fui constituído Arguido e foi-me fixado o Termo de Identidade e Residência, no dia 5 de Fevereiro, em processo intentado contra mim, pelo sr. Presidente da Câmara, pela utilização de linguagem difamatória utilizada contra si nas Reuniões de Câmara.-----

----- São testemunhas desse "vil e criminoso" acto os meus colegas, Senhores Vereadores Pedro Ribeiro e José Carlos e constituem provas as Actas da Câmara e alguns trechos do meu Blogue.-----

----- É advogado da Autarquia o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Almeirim, Dr. Joaquim Miguel dos Santos Pisco, o que é no mínimo estranho ou eventualmente ilegal, mas seguramente inapropriado.-----

----- Bem, já vou a julgamento dia 25 deste mês por atentar contra o bom nome da sua Chefe em despacho do Júri de um concurso, se tiver que ir a julgamento também por isto, começo a questionar-me quanto à minha importância que, julgava menor. Não me acho digno de tanto obséquio.-----

-----Será que tenho direito a apoio jurídico neste processo ou as minhas intervenções são pessoais. Vá preparando mais um

parecer adequado a esta situação sr. presidente.-----

-----Estas manobras não resultam comigo Sr. Presidente, dão-me até mais força para combater a sua nefasta permanência à frente dos destinos da minha terra.-----

-----É o que farei até ao fim, pode acreditar que é verdade.----

-----**4 - Despacho de arquivamento do TAFL**-----

-----Na senda da investida contra o meu trabalho, fez o sr. Presidente chegar ao jornal "O Ribatejo" um despacho de arquivamento do TAFL sobre a inexecução das sete sentenças transitadas em julgado pelo TAF de Coimbra, em relação às irregularidades urbanísticas cometidas.-----

-----O jornal "O Ribatejo" publicou a notícia, suponho que com boa fé, mas cometeu algumas imprecisões que pretendo esclarecer.-----

-----In "O Ribatejo"-----

-----"O Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL) arquivou uma queixa contra o presidente da Câmara Municipal de Almeirim, José Sousa Gomes, interposta pelo vereador independente Francisco Maurício. O processo referia-se ao não cumprimento de três sentenças judiciais transitadas em julgado em relação a várias irregularidades urbanísticas detectadas em sete prédios construídos em Almeirim, e cujos acórdãos do tribunal davam os licenciamentos como nulos. Face a esta exposição, o TAFL considera que a Câmara de Almeirim teve razões sólidas para não dar cumprimento às sentenças transitadas em julgado no Tribunal de Coimbra, com "causa legítima de inexecução", mandando arquivar a queixa."-----

-----Ora, é necessário esclarecer que:-----

-----a - Não corresponde à verdade que algum Tribunal do nosso País tenha arquivado qualquer queixa minha contra o Presidente da Câmara, do mesmo modo não corresponde à verdade que eu tenha apresentado qualquer queixa do Presidente da Câmara ao TRIBUNAL.-----

-----b - A noticia refere-se ao caso da "situação de desobediência de inexecução de decisões judiciais, transitadas

em julgado do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, ilegalidade cometida pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim, agindo premeditadamente e com pleno conhecimento da lei", e que o Tribunal de Coimbra, "procedeu à extracção de cópias certificadas que remeteu" ao Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, e ao Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Almeirim, por serem estes os Tribunais competentes.-----

-----c - Não posso deixar de notar, por ter sido, por lapso certamente, omitido de que, "havia sido legalizadas as obras ilegais por despacho do presidente da câmara de 21 de Janeiro de 2004", mas as "sentenças são de 31 de Maio de 2006, 31 de Outubro de 2007, de 10 de Setembro de 2007" e o parecer jurídico apresentado pelo senhor presidente da câmara é de Dezembro de 2008.-----

-----Não se compreende como é que o Tribunal condenou em sentença transitada em julgado, obras que "segundo afirmação do senhor presidente da câmara já haviam sido legalizadas em 2004". Pretende o sr Presidente consubstanciar legalmente os "despachos de 2004 com um parecer de Dezembro de 2008? Questiona-se qual foi a razão que levou a que o senhor presidente da Câmara não tivesse apresentado o respectivo recurso e que este não lhe tenha sido favorável. Parece-me, como diz o Povo que "aqui não bate a bota com a perdigota".-----

-----d - Também me parece "estranho" que nada seja dito sobre as restantes situações nem seja referida a decisão final do Ministério Público "para eventual acção de declaração de nulidade dos despachos em causa extraia cópia dos elementos que lhe indico, constantes dos processos acima aludidos, envolvendo estes a CM de Almeirim".-----

-----Já agora deixe-me perguntar-lhe sr. presidente, acha V^a Ex^a que tendo agido com dolo em todo este processo deveria ter tido, como teve, apoio jurídico pago pela autarquia. Parece-me que não."-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Construções Lidónio & Santos, Limitada, duzentos e oitenta e seis A de dois mil e cinco; Telmo Manuel Ribeiro Florêncio Oliveira, cento e vinte e cinco; Marco João Rodrigo Graça, cento e quarenta e um, ambos de dois mil e oito; Miguel José Maria Duarte, quatro de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Luís Apolinário do Nascimento & Filho, Construções, Limitada, duzentos e setenta e sete A de dois mil e seis; António Manuel Cordeiro Madeira, duzentos e sessenta e sete de dois mil e sete; Ana Rita Florêncio Caniço, cento e trinta de dois mil e oito.-----

-----EMISSÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO A INSTALAÇÕES DAS IPSS---

-----Relativamente a este assunto, a Senhora Vereadora Manuela Cunha considera que o ponto ao ser agendado, teria sido oportuno os Senhores Vereadores terem sido previamente documentados, por não saber o que vai ser discutido.-----

-----O Senhor Presidente informou que o assunto foi incluído na Ordem de Trabalhos, para informar os senhores vereadores sobre a posição que a Câmara vai tomar de futuro. Informa ainda que foi prevista a presença dos Técnicos para esclarecimento de dúvidas apresentadas.-----

-----Já na presença do Senhor Arquitecto António Forte e Dr. Victor Batista, o Senhor Presidente questionou se neste momento as licenças de utilização serão passadas de acordo com a antiga ou com a nova legislação.-----

-----O Senhor Dr. Victor Batista informa que há quem defenda que esta situação equivale a uma aplicação retroactiva da lei, o que quer dizer que deve ter de ser feita de acordo com a legislação antiga. Foi nesta base, que foram aprovados outros projectos.---

-----Informa ainda que juridicamente é este o problema, que de facto hoje os projectos, como estão, não reúnem nenhum dos requisitos legais exigidos, e a solução seria deitar tudo abaixo.-----

-----O Senhor Arquitecto Forte esclarece ainda que, à altura destes processos tudo o que era exigido não tinha aplicabilidade. Relativamente aos processos em causa, há também o facto de haverem pareceres de entidades externas, que poderão ou não dar parecer positivo.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara questiona da possibilidade dessas entidades externas darem ou não pareceres positivos, ao que o Senhor Arquitecto responde que não sabe, é tentar saber junto das mesmas, e tentar avaliar os aspectos mais importantes, e o mínimo para que funcionem em condições. Informa que há ainda a possibilidade de saber junto da Associação Nacional de Municípios, qual a solução mais adequada.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha, acha que a solução apresentada pelo Senhor Arquitecto é razoável, isto é, saber junto da Associação de Municípios, e com rapidez qual a solução adequada.-----

-----Depois de dadas as respectivas explicações, foi deliberado que o assunto voltaria a uma próxima reunião, já com o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses e dos Serviços Centrais.-----

-----4-CONCURSOS PUBLICOS-----

-----INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES -----

-----Foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:"Em cumprimento das competências legais estabelecidas no artigo cento e oito, do Decreto Lei cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, conjugado com a alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro na redacção introduzida pela Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho ao Executivo, a Intenção de Adjudicação à Empresa GERTAL, pelo valor de cento e vinte mil duzentos e cinco euros e sessenta cêntimos, o Fornecimento de refeições nos termos do Relatório do Júri da Análise de Propostas".-----

-----O Senhor Vereador José Carlos Silva, informa que, e segundo a acta do Concurso Público para Fornecimento de Refeições, foram revistos globalmente o número de refeições de crianças e adultos e feito o quadro de classificação. Informa também que todos os dados constantes da reclamação apresentada pela Solnutri Restaurantes e Alimentação, foram tomados em consideração, mas que de facto a Gertal, tendo apresentado os valores mais baixos, ganhou o Concurso.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse esperar que o Senhor Vereador José Carlos desse explicações clarificadas sobre o assunto, porque a dada deixa muito a desejar, por exemplo ao referir "desta vez verificamos os dias em pormenor", significa que à partida não foram correctamente contabilizados, e que o Júri mostrou levandade e incompetência no trabalho que desempenhou.-----

-----A mesma Vereadora, prestou a seguinte declaração: " Na Ordem de Trabalhos da Reunião de dois de Dezembro de dois mil e oito, o Senhor Presidente agendou a análise de Intenção de Adjudicação do Concurso das refeições. No dia da reunião o Senhor Presidente pede a retirada do assunto, por a acta só estar assinada por dois elementos do Júri, quando este é composto de três.-----

-----Na reunião de quinze de Dezembro de dois mil e oito, foi novamente agendada, posta à votação e aprovada a intenção de adjudicação à empresa Uniself, pela maioria PS. Na última Reunião, de Fevereiro quando questiona o facto de um mês e meio depois, ainda não ter sido dada a adjudicação definitiva, quando o período de adjudicação é de onze dias, ficou sem resposta.-----

-----É importante referir que estamos a meio do ano lectivo, e as refeições continuam a ser servidas à margem do concurso.-----

-----Refere a Autarca da sua estranheza quando chegou a Ordem de Trabalhos com uma nova Proposta de Intenção de Adjudicação e não como se esperava, com a adjudicação à dita empresa. Agora, a Gertal que estava classificada em ultimo ou penúltimo lugar é que ganha o concurso. Mais ainda, fica a saber pela acta do Júri que houve contestação ao primeiro concurso, e que foi apresentada pela empresa que ganhou em anos anteriores, e que continua devido ao atraso do concurso do serviço de refeições. -

-----Perante tudo isto, manifesta o repúdio pela prática da maioria socialista, por não ter respondido a esta matéria, quando solicitada pela Autarca na última reunião, e quando já era conhecida a contestação.-----

-----Refere ainda a Senhora Vereadora a estranheza pelo facto de o Senhor Vereador José Carlos admitir que houve um lapso e a melhor proposta ser a apresentada pela outra empresa.-----

-----Acrescenta que isto torna claro que, para os Vereadores que não estão a tempo inteiro na Câmara, e que não têm acesso aos documentos, é impossível votar qualquer concurso publico, por haver receio de se estar a cometer alguma ilegalidade, induzidos em erros, pelas informações prestadas. Diz ainda que aconselha os responsáveis pelos erros a frequentarem uma formação profissional, na área da matemática.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos respondeu que se em vez de politico fosse técnico ou soubesse mais que os técnicos, tal como a Senhora Vereadora Manuela Cunha, teria sido só ele a fazer a análise do concurso e não precisava de mais ninguém. Mas não! E disse o mesmo Vereador: "Sei do que sei, e não invento

nada, há conhecimentos que não tenho, e não me cuibo de assumir os meus enganos".-----

-----Posto o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com quatro votos a favor, e dois contra dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha, que fizeram as seguintes Declarações de Voto:-----

-----Declaração de Voto do Senhor Vereador Francisco Maurício:--

-----"Nesta altura do ano lectivo, estar a discutir a Intenção de Adjudicação do fornecimento das refeições escolares é, no mínimo ridículo.-----

-----Mais um concurso, mais uma trapalhada.-----

-----Note-se que a Solnutri, agora reclamante, é a empresa com quem foi estabelecido um ajuste directo em 12 de Setembro de 2008 pelo preço de 1,47 € por refeição/criança. Na sua proposta a concurso apresenta um preço de 1,27 € por criança e mesmo assim ficou em último lugar no concurso. Ora, 0,20 € em 91200 refeições são 18.259,00 €, é muito dinheiro. Este dinheiro poderia e deveria ser utilizado em coisas bem mais importantes para o município, no mínimo foi um péssimo negócio.-----

-----Por tudo isto voto contra e faço voto de vencido nesta decisão e recomendo que os concursos sejam lançados atempadamente. Salvo erro vai ser necessário concursar as Actividades de Enriquecimento Curricular para o próximo ano.----

-----Porque não começar a tratar já desse assunto?"-----

-----Declaração de Voto da Senhora Vereadora Manuela Cunha:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido, por simplesmente me encontrar sem condições para dar o meu voto favorável, e ainda, devida à falta de competência demonstrada por parte do Júri, bem como da falta de condições de saberem qual é a opção correcta.--

-----Por outro lado voto contra, porque tal como já disse por várias vezes, por duvidar dos critérios adoptados para adjudicação, por duvidar do quadro, do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, pois considero-os ambíguos e pouco objectivos.-----

-----Por outro lado, o voto contra, é também a manifestação da

oposição CDU, desde sempre, à entrega das refeições escolares a empresas privadas, que tal como se vê, não se ganha nada com isso"-----

-----Declaração de Voto do Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao assunto:-----

-----Reitero a minha confiança no Júri de análise de Propostas a este Concurso, e simultaneamente reconhecer das dificuldades que o Júri terá tido na contagem do número de refeições a fornecer, tendo em conta os dias de aulas a leccionar, que segundo a interpretação de cada uma das empresas concorrentes, podem ter contagens com lógicas bem diferentes, na certeza porém, que não são noventa e uma mil refeições".-----

-----4-APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DO TERCEIRO TROÇO DA CIRCULAR URBANA ENTRE A EN CENTO E CATORZE E A ESTRADA VALE BARROCAS-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha, diz sentir-se surpreendida com o facto de ver em Reunião de Câmara uma minuta de um contrato.-----

-----Posto à votação, foi deliberado aprovar por maioria e Minuta, com cinco votos a favor dos Senhores Presidente da Câmara, Vice-presidente, Vereadores José Carlos Silva, Joana Vidinha e Francisco Maurício, e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----4-RELATORIO DE ANALISE E ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM-----

-----Foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara a proposta do seguinte teor:-----

-----"Na sequencia do Relatório Final apresentado pelo Júri de Procedimento, e em cumprimento do artigo cento e quarenta e oito, número quatro, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e

nove de Janeiro, conjugado com a alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro na redacção introduzida pela Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho a aprovação do presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada "Construção do Centro Escolar de Almeirim" ao empreiteiro José Manuel Silva Fidalgo, na sua proposta pelo valor de um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil trezentos e oito euros e oitenta e seis cêntimos".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha questionou a diferença do valor base apresentado, sendo este o que tinha ficado deliberado, o qual é diferente do que ficou em acta, e perguntou se o referido valor é com ou sem IVA, ao que o Senhor Vice-presidente responde que estes valores são sempre sem IVA.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que não havia inconveniente em adjudicar, porque a proposta ganhadora era de um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil trezentos e oito euros e oitenta e seis cêntimos, inferior ao valor base que havia sido aprovado em reunião do Executivo. Esta explicação justifica o facto de a adjudicação ser feita mesmo com o aumento do valor base, que resultou da aceitação por parte do Júri, dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes no cumprimento da legislação que se refere aos concursos públicos, e que não influenciou o valor da melhor proposta.-----

-----A mesma Autarca lamenta a delegação de competências no Júri, com a qual não concorda. Lamenta também que seja alterado o valor base de um concurso, sem que o Executivo seja informado. Acha ilegal e grave que esta delegação de competências permita situações como esta. Pede novamente justificação para a diferença de preços e quer saber se esta diferença influenciou a oferta. Diz que é incrível como é que a justificação só veio a reunião, por ela ter dado com a diferença do valor base tanto nesta reunião como noutra anterior, onde também aparecia valor base diferente, senão nada do que foi respondido teria sido.----

-----Posto à votação a Adjudicação do Centro Escolar de

Almeirim, foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente, Vice-presidente, Vereador José Carlos Silva, Vereadora Joana Vidinha e Vereador Francisco Maurício e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração: "Abstenho-me por considerar que depois da confusão em torno deste concurso, não me permito votar em consciência, nem a favor em contra a proposta. Por outro lado quero referir que os critérios de adjudicação e as percentagens que lhes eram atribuídas, assim como o cálculo dos preços são pouco rigorosos e transparentes".-----

-----Em relação ao assunto o Senhor Vereador Francisco Maurício prestou a seguinte declaração: "Não voto contra, por considerar da maior urgência a construção do Centro Escolar de Almeirim, e também, por considerar que a empresa escolhida seja a merecedora que a obra lhe seja entregue".-----

-----O Senhor Presidente da Câmara ditou a declaração a seguir transcrita: "Votei a favor porque foram cumpridos todos os requisitos da nova legislação dos concursos públicos. Isto é, a intenção de adjudicação, que foi aprovada em Reunião do Executivo, as reclamações dos concorrentes foram criteriosamente analisadas pelos projectistas e Júri de Concurso. Por fim, o valor da adjudicação é inferior ao valor base do Concurso aprovado em Reunião do Executivo".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha responde que a intenção de adjudicação em relação ao Centro Escolar de Almeirim, não veio a Reunião do Executivo, a não ser que tenha sido nalguma que não tenha estado presente, e mais, que não foi informada das reclamações existentes, por isso, e depois de tudo isto, fica escandalizada com todo o processo e falta de transparência do mesmo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, diz que alertado à última hora para a questão do júri dos concursos, fica com a ideia que não lhes caberia a qualquer nível se pronunciarem sobre a adjudicação dos concursos, pelo que se reserva ao direito de contestar esta decisão ainda que legal, que tiver

sido delegado no júri essa competência.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências:-----

-----Santeirim - Associação de Desporto Veterano, mil e seiscentos euros, bem como apoio logístico, para apoio às despesas do XVIII Torneio Internacional de Futebol; Associação Desportiva Fazendense, três mil e trezentos euros, para apoio na reparação do autocarro; Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo, seis mil seiscentos e quarenta e cinco euros, para aquisição de viatura; AMI, trezentos e noventa euros, valor correspondente a um kit médico de emergência; Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo, duzentos e cinquenta euros, para apoio ao espectáculo de angariação de fundos para os jovens do Clube de Futebol Benfica do Ribatejo; FootKart Escola de Futebol e Karting, quatrocentos e trinta e dois euros, para aquisição de termoacumulador; Centro Amador Desporto e Cultura de Almeirim, oitocentos euros para apoio no Campeonato Nacional de Karaté.-----

-----Para a deliberação que se segue, ausentou-se da sala o Senhor Vice presidente, por se encontrar legalmente impedido, Associação Sénior de Almeirim - USAL - quinhentos euros, para aquisição de cadeiras.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente uma comunicação interna do Gabinete de Acção Social, onde são referidas as condições sócio-económicas de António Manuel Miguel Pires Fidalgo, em que solicita apoio financeiro para o seu filho menor, João Pedro Fidalgo Pires, que se encontra a estudar no Instituto Politécnico de Santarém, e tem de encargo mensal com transporte e alimentação, cento e onze euros e trinta cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade conceder mensalmente o

valor acima referido.-----

-----DESPORTO TENIS - TORNEIO LIGA - PRÓ-TOUR - Foi presente a comunicação interna do Senhor Professor António Féria, da Escola Municipal de Ténis de Almeirim, onde é proposta a taxa de aluguer dos courts a um euro/hora.-----

-----Posta à votação foi deliberado aprovar por unanimidade.-----

-----5-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELO DR. VICTOR FIGUEIREDO PARA COBRANÇA DE DESPESAS E ADIANTAMENTO POR CONTA DE HONORARIOS EM REPRESENTAÇÃO DO SENHOR VEREADOR FRANCISCO MAURICIO.-----

-----Para a apreciação deste ponto, esteve ausente o Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha propõe o adiamento da proposta, ou então a presença do Dr. Victor Batista, para esclarecimento do parecer por ele dado.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos e Senhora Vereadora Joana, não estão de acordo com este adiamento.-----

-----Ainda na ausência do Senhor Vereador Francisco Maurício, foi este ponto retirado da Ordem de Trabalhos, voltando a uma próxima reunião, mas com a presença do Dr. Victor Batista.-----

-----5-MEDALHA DE HONRA DO MUNICIPIO PELO ANIVERSARIO DOS SETENTA E CINCO ANOS DO UFCA-----

-----Foi presente uma proposta do Senhor Vereador Pedro Ribeiro que transcrevo:-----

----- " Atendendo a que o UFCA fará este ano setenta e cinco anos de existência. -----

-----Atendendo a que esta colectividade tem desenvolvido ao longo da sua vida uma actividade de mérito, quer na divulgação do Concelho, quer no proporcionar a milhares de jovens uma

actividade física em variadíssimas áreas.-----

-----Atendendo ao exposto, proponho que a Câmara Municipal de Almeirim atribua ao UFCA uma medalha de Honra do Município que deverá ser entregue em cerimónia especial a acertar com a direcção do Clube".-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir a Medalha de Honra do Município ao UFCA.-----

-----5-INSPECÇÃO DE ELEVADORES -----

-----Foi presente o fax da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sobre elevadores, com informação de delegação de competências nesta Comunidade designadamente no respeitante ao estabelecimento do regime de inspecções, fiscalização, fixação de taxas e regime sancionatório.-----

-----A Senhora Vereadora da CDU, propõe que a Empresa faça anualmente um Relatório de Trabalhos.-----

-----Posto à votação, foi aprovado por unanimidade e minuta.-----

-----5-MEDIDAS SOCIAIS E DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA LOCAL-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou uma proposta do seguinte teor, a qual passo a transcrever:-----

-----"Sou dos que acredita que esta crise instalada é passageira, mas sou dos que acreditam que uma nova ordem mundial surgirá a partir daqui. Nada ficará igual.-----

-----Não poderei, como a avestruz esconder a cabeça na areia, nem eu nem ninguém.-----

-----Entendo que o Executivo do meu município não poderá ficar indiferente à crise já instalada, acho até que deveria ter sido o Presidente da Câmara a tomar a iniciativa de convocar uma reunião, expressamente para o efeito, mas enfim são critérios, preferiu nesta altura mandar fazer uma brochura cara e de mau gosto, auto elogiando a sua "actividade" recente. Iniciou a campanha eleitoral muito cedo e à custa dos contribuintes, numa

fase em que deveria ter canalizado as energias e o dinheiro noutras coisas, bem mais importantes para o Concelho.-----

-----Para que fique bem claro, inicio a minha explicação afirmando claramente que esta proposta que apresento de um conjunto de medidas sociais e de relançamento da economia do nosso concelho, trata-se de uma investimento, porque dinamiza a economia, e pretende satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e das famílias e não de uma despesa.-----

-----Não desistiremos do rigor, da transparência e da legalidade na apresentação de propostas com as quais pretendemos defender o interesse dos cidadãos de Almeirim.-----

-----Pese embora o facto de existirem algumas dificuldades em obter dados contabilísticos dos serviços, estas propostas obrigam a uma redução de despesas, constantes no Orçamento para 2009 de cerca de 1,5 milhões de euros,-----

-----Assim:-----

-----•Propõe-se uma redução nas "despesas de representação" de 15 mil euros, num total de 46 mil e trezentos euros;-----

-----•Propõe uma redução de 40 mil euros na "publicidade" dum total de 90 mil euros-----

-----•Propõe-se uma redução de trabalho extraordinário de 25 mil euros, num total de 75 mil euros;-----

-----•Propõe-se uma redução nas "ajudas de custo" de 5 mil euros, num total de 20 500 euros;-----

-----•Propõe-se uma redução de 103.500 euros na "colaboração técnica especializada, estudos e pareceres e outros trabalhos especializados, dum total de 267 500 euros;-----

-----•Propõe-se uma redução de 50.000 euros nas "matérias Primas e Subsidiárias", num total de 322.500 euros;-----

-----•Propõe-se uma redução dos gastos com gasóleo de 30 mil euros, dum total de 220 mil euro-----

-----•Propõe-se uma redução das despesas em prémios e condecorações de 15 mil euros, num total de 47 500 euros;-----

-----•Propõe uma redução nas comunicações de 25 mil euros, dum total de 103 mil euros-----

-----•Propõe-se uma redução nos transportes de 30 mil euros, dum total de 253 mil euros;-----
-----•Propõe-se uma redução na rubrica "Outros Serviços" de 250 mil euros, dum total de 1. 123.250, 00 euros;-----
-----•Propõe a redução do total da despesa com a rubrica " resto do Mundo" de 100.400 euros;-----
-----•Propõe-se uma redução na rubrica "outros bens" de 30 mil euros, dum total de 132 mil euros.-----
-----Em resumo propomos uma redução de despesas de cerca de 718.000 €.-----
-----•Propõe depois também uma redução das despesas com as diversas festas de cerca de 155 mil euros dum total de 315 mil euros-----
-----•Propõe-se uma redução na rubrica "matérias-primas" de 50 mil euros, num total 322.500 euros;-----
-----•Propõe a anulação das câmaras de vídeo-vigilância de 40 mil euros-----
-----•Propõe-se uma regularização das verbas atribuídas a:-----
-----Arranjos urbanísticos-----
-----Requalificação Praça Lourenço Carvalho-----
----- Requalificação Estádio Municipal-----
----- No valor de 350 mil euros dum total de 2 670 mil euros-----
-----E da consulta ao folheto de "PROPAGANDA" distribuído pelo senhor presidente da câmara podemos constatar que as obras abaixo designadas já tinham mudado do valor que havia sido orçamentado:-----
-----Rede de saneamento de Paço dos Negros: - 329.572,83 €-----
-----Rede de saneamento de Foros de Benfica: - 394.267,70 €-----
-----Estação elevatória de S. Roque: - 42.661,07 €-----
-----Estação elevatória do Largo General Guerra: - 66.458,71 €--
-----Total: - 832.960,31 €-----
-----O que permite a redistribuição de cerca de 832 960 euros---
-----Temos aqui uma verba de cerca de 1,5 milhões de euros, verba mais do que suficientes para cobrir uma eventual perda de receitas e novas despesas.-----

-----Diga-se também que com o relançamento da actividade económica, há também uma tendência para aumentar as receitas municipais.-----

-----**MEDIDAS SOCIAIS E DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA LOCAL**-----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. nº 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, nº 22 - A, 1º Esqº, 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o nº 2 do artº 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, fazer chegar para a respectiva distribuição a referida proposta de revisão/alteração do Plano de Actividades e do respectivo Orçamento para 2009, de acordo com as competências previstas na alínea c) e d) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

-----Entendemos que a função de um autarca é o de prestar um serviço de proximidade, de qualidade, com rigor e capaz de dar uma resposta às necessidades básicas das populações. Todos nós sabemos que o Governo decidiu lançar um "pacote de medidas anti-crise" perante a grave crise económica, que atinge não só o nosso País, mas que tende a generalizar-se.-----

-----Consideramos, sem dúvida, que estamos no meio de uma crise sem precedentes, por isso temos o dever de reflectir de qual é ou pode ser o contributo da autarquia para a minimização da crise instalada, reduzindo os encargos das pequenas e médias empresas e dos nossos cidadãos em geral e recorrendo a meios para dinamizar a economia no Concelho.-----

-----Consideramos também que, para além do acompanhamento social que a Autarquia tem o dever de desenvolver para ajudar a população, tanto mais que já existem no nosso Concelho algumas famílias que não compram medicamentos mais caros por não conseguirem pagá-los, são situações de vulnerabilidade, que têm de ter uma resposta imediata, não deixando de defender uma elevada exigência e rigor na avaliação dessas situações, temos a obrigação e a responsabilidade de não virar as costas aos

problemas, no disfarçar da existência dos mesmos.-----

----- Consideramos também que terá, também, que haver uma maior preocupação junto das escolas e cooperação dos respectivos professores para que sejam sinalizados eventuais comportamentos de crianças aliados a perda de rendimentos das famílias para que a autarquia possa agir de imediato, através da acção social escolar, dentro das suas competências, nomeadamente com reforço alimentar e aquisição de material escolar.-----

-----Entendemos que não podemos ignorar os problemas.-----

-----Com esta proposta, no âmbito das responsabilidades dos autarcas, na apresentação de soluções claras de benefício dos mais desfavorecidos e das empresas com actividade no Concelho, pretendemos alavancar um conjunto de medidas de combate à recessão económica, para a qual esperamos os contributos de todos, pois o problema não é meu, é nosso.-----

-----Na elaboração, destas medidas, foram consideradas as consequências de um conjunto de medidas tomadas em função da situação económica, de modo a "minorar o impacto da crise" tendo como preocupações as famílias, nomeadamente as famílias idosas, os jovens casais com encargos de habitação própria e filhos em idade escolar, as empresas e o emprego com incidência na dinamização da economia no Concelho.-----

-----Propostas:-----

-----1. Proponho, no âmbito da Acção Social, o levantamento de todas as situações que envolvem os idosos existentes no Concelho, não só com o objectivo de aumentar a eficácia dos apoios, mas também para a prestação de auxilio, nomeadamente necessidades de cuidados continuados de saúde, participação nos medicamentos e entrega de refeições ao domicilio dos idosos mais carenciados, bem como suportar os custos de pequenas reparações ou avarias em habitações onde residam;-----

-----2. Proponho o desenvolvimento e apoio a projectos e acções que atenuem o isolamento e a solidão da população idosa como uma das prioridades do Município nesta área, em especial com as iniciativas de cooperação e parceria com as Instituições de

Solidariedade Social, actores preponderantes do sector e promotores de actividades muito importantes para o bem-estar social da população e para o desenvolvimento sócio-económico local;-----

-----3. Proponho, para vigorar em 2009, o estudo da viabilidade de um prolongamento de horário gratuito para as famílias nos estabelecimentos de ensino pré-escolar público;-----

-----4. Proponho, para vigorar em 2009, a isenção de pagamento aos alunos residentes no Concelho de Almeirim dos respectivos passes sociais de transporte colectivo;-----

-----5. Proponho, para vigorar em 2009, que as verbas provenientes da liquidação da derrama sejam investidas nas freguesias em meios de dinamização do desporto e cultura;-----

-----6. Proponho a criação de uma Unidade Móvel de Saúde para percorrer todas as localidades do concelho, realizando rastreios da glicemia, tensão arterial e peso, prestando cuidados básicos de enfermagem e sensibilizando para estilos de vida saudáveis.--

-----7. Proponho o alargamento do acesso gratuito à Banda Larga, aumentando os espaços públicos, não só na cidade, mas em todas as Freguesias no sentido de garantir igualdade de oportunidades para aceder a um bem que e se transformou de primeira necessidade e que contribui para a inclusão social, dando-se de imediato prioridade ao Jardins Municipais, à zona dos equipamentos desportivos e escolares, considerando que o acesso à Banda em todo o território municipal é um objectivo a alcançar no mais curto espaço de tempo.-----

-----8. Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Almeirim:-----

-----Considerando o elevado número de construtores civis sediados em Almeirim e os inúmeros operários da construção civil do Concelho que, por motivos de falta de trabalho têm sido obrigados a procurar trabalho no estrangeiro, a fim de impulsionar, a curto prazo, novas obras ou de requalificação no sector, proponho que até final de 2009, as taxas, em vigor, constantes da Tabela Anexa ao Regulamento Municipal da

Urbanização e Edificação de Almeirim sejam reduzidas em 50%.-----

-----9. Proponho, para vigorar em 2009, a isenção de taxas na construção de casa própria para jovens e jovens casais até aos 35 anos;-----

-----10. Proponho, para vigorar em 2009, a isenção de taxas de edificação às empresas e aos construtores individuais, desde que criem um mínimo de cinco postos de trabalho, com residência fiscal no Concelho;-----

-----11. Liquidação das dívidas aos fornecedores.-----

----- A fim de injectar, rapidamente, verbas na economia local, proponho a Liquidação das dívidas aos fornecedores em 31 de Dezembro de 2008 (cerca de 850.000,00 €), com o pagamento imediato de todas até cinco mil euros e o escalonamento do pagamento das restantes até final de 2009;-----

-----12. Proponho que todos os contratos por Ajuste Directo, passem a ser firmados apenas e só com empresas ou entidades que desenvolvam a sua actividade no Concelho de Almeirim e nela tenham a sua residência fiscal.-----

-----13. Proponho que, em 2009, seja suspenso o pagamento das taxas relativas a licenças municipais de toda a publicidade, da ocupação de espaços aéreo e da via pública, dos estabelecimentos comerciais, como estímulo e revitalização do pequeno comércio;--

-----14. Proponho que, em 2009, não haja actualizações de preços na água, saneamento e lixo e que os proprietários de estabelecimentos de comércio com um volume de negócios inferior a 150.000,00 € sejam equiparados aos consumidores domésticos (a receita cobrada ao comércio e à indústria em 2008 ronda os 240.000,00 €).-----

-----15. Proponho que se tomem medidas que visem a conclusão urgente do processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), que neste contexto pode assumir como uma prioridade fundamental, num contributo para ajudar a ultrapassar algumas das vicissitudes que a crise económica poderá trazer, vicissitudes aquelas que resultam da inadaptação do actual regulamento administrativo constituído pelo PDM, e perspectivar

o futuro num instrumento de ordenamento do Município"-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha propôs que se votasse separadamente a proposta de redução orçamental, e de seguida as medidas a ter em conta, ao que o Senhor Vereador Francisco Maurício respondeu, que a proposta era aberta à discussão e que aceita propostas de alteração ou novas medidas que se mostrem adequadas à crise que vivemos.-----

-----Posto à votação a alteração orçamental, foi a mesma reprovada por maioria, com os votos contra do Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, e Senhores Vereadores José Carlos Silva e Joana Vidinha, e os votos favoráveis dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha.-----

-----A Senhora Vereadora ditou a seguinte Declaração de Voto:---

-----"Votei a favor, considerando que perante o ano difícil que se apresenta é justo a Autarquia rever as despesas em áreas dispensáveis, para criar um air bag orçamental a canalizar para as despesas mais prementes, para fazer face à crise e atender às necessidades das populações. No entanto, uma proposta de revisão, neste lote implica a redução da classificação urbana por considerar que essa área é geradora de emprego e vitalidade económica. Mas no geral concordo com as propostas".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Voto a favor da revisão orçamental que permitiria tomar medidas de apoio e de incentivo à população e às empresas do Concelho. Noto que a posição do Presidente da Câmara e de quem o apoia é clara em relação às necessidades do Concelho e porque não ao país a que pertencem".-----

-----À proposta de revisão orçamental, o Senhor Presidente da Câmara ditou a seguinte Declaração de Voto, a qual transcrevo:--

-----"Uma proposta de revisão orçamental neste momento, a pouco mais de um mês da aprovação do orçamento, é perfeitamente extemporânea, até porque em sede de aprovação, ninguém apresentou propostas de alteração de redução de despesas, e com certeza a abranger algumas acções de carácter social que como

sabemos, e têm passado por reuniões do Executivo, têm sido largamente distribuídas a famílias necessitadas".-----

-----De seguida passou-se à votação das quinze medidas apresentadas na proposta apresentada pelo Senhor vereador Francisco Maurício, tendo esta sido reprovada por maioria com os votos contra do Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente e Senhores Vereadores José Carlos Silva e Joana Vidinha, um voto a favor do Senhor Vereador Francisco Maurício e abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Considerando que a proposta apresentada tem o mérito de aproveitar as verbas camarárias, considero que nem sempre os quinze pontos apresentados atingem o objectivo, que alguns deles levariam a Câmara a entrar em campos que não são da sua competência e gastando dinheiro em áreas que não deve. Por exemplo, o ponto seis, onde é referenciado uma Unidade Móvel de Saúde, penso que este assunto é da competência do Ministério da Saúde, na qual a Câmara poderá colaborar em parceria, não se podendo sobrepor àquele Ministério.-----

-----Não votei contra, por considerar que há outras medidas interessantes e que sempre foram defendidas pela CDU, por exemplo o não aumento da tarifa do lixo e da água, o que actualmente é importante e deve ser tomado em conta, mas já defendi este ponto há muitos anos atrás.-----

-----Não dei o voto a favor de todo o pacote, por considerar que há propostas que não têm muito a ver com a dinâmica económica, mas sim com questões de ordenamento, exemplo disso é a revisão do Plano Director Municipal, apesar de concordar com esta revisão o mais urgente possível. Ao integrá-la aqui, quase se entende que essa revisão irá permitir mais especulação. Parece-me que as medidas devem ser reflectidas, porque não podemos continuar a urbanizar o nosso Concelho.-----

-----Em Almeirim há excesso de oferta de habitações, para a qual não há solicitações. Lamento que as propostas não sejam votadas

uma a uma, aproveitando as boas propostas apresentadas. Poderiam ser consideradas por parte dos eleitos do PS, mas há desta parte uma falta de vontade democrática, rejeitando tudo o que venha fora do seu clube".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto, obviamente, a favor, no entanto não entendo a recusa em discuti-las, por parte do presidente e vereadores que o apoiam e lamento a falta de seriedade e de honestidade intelectual posta nesta matéria, quanto a mim de grande importância para o nosso Concelho. Para o presidente da câmara e vereadores que o apoiam é assunto que não mereceu nenhuma migalha do seu precioso tempo. É lamentável que um grupo de cidadãos de Almeirim tenha esta atitude".-----

-----Declaração Voto da Senhora Vereadora Joana Vidinha em relação às medidas da proposta:-----

-----"Votei contra a apresentação do documento, não por não concordar com alguns dos pontos que considero excelentes para a população mais carenciada, no entanto acho que é uma demagogia pelo momento que atravessamos, em concordar que todos estes pontos pudessem ser viabilizados".-----

-----O Senhor Vice presidente, faz referência a dois ou três pontos, exemplo, o ponto seis onde é mencionada uma Unidade Móvel de Saúde, e informa que existe dentro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Almeirim algo semelhante e que já foi apresentado. Dá esta informação para conhecimento do Senhor Vereador Francisco Maurício, para que mais tarde este não lhe diga que nesta reunião votou contra e que "por fora" deu "voto favorável". Relativamente ao ponto número sete, que faz referencia ao acesso gratuito da Banda Larga, informa que já existem em todas as freguesias e escolas, por fim e em relação ao ponto doze diz que em muitos casos o Ajuste Directo seria impossível na condição proposta".-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte Declaração de Voto:---

-----"Voto contra as medidas, porque elas incumbem à Autarquia

muitas das responsabilidades que são competência do Governo e cujas medidas para muitas delas têm sido lançadas. Porém, considero também esta segunda proposta extemporânea, porque hoje mesmo estamos a discutir a adjudicação da maior obra do Concelho a um empreiteiro de Almeirim. E se esquecem propositadamente a assinatura dos protocolos com as Adegas Cooperativas, iniciativa tomada nos primeiros tempos de crise, que procuraram ajudar agentes económicos que congregam muito mais do que mil pequenas e médias empresas de agricultura do nosso Concelho".-----

-----5-APRECIAÇÃO DO PROJECTO DO MONUMENTO AOS MORTOS DA GUERRA E DEFINIÇÃO DO LUGAR-----

-----Foi pelo Senhor Presidente da Câmara, posto à apreciação a maquete do monumento aos mortos da guerra e o possível lugar para colocação do mesmo.-----

-----Os autores da maquete, Senhor Arquitecto Sampaio e Senhor Fernando Veríssimo, apontam como local ideal, por razões históricas o Largo dos Charcos, conforme texto que acompanha o desenho. Há ainda a hipótese por parte de familiares dos combatentes o espaço calcetado, perto da zona da petanca no Parque da Zona Norte. O Senhor Vereador Francisco Maurício propõe a Praça Francisco Henriques, em frente ao Salão Moinho de Vento.-----

-----Posto à votação o desenho do monumento, foi este aprovado por maioria com cinco votos a favor, dos Senhores Presidente e Vice presidente, Senhores Vereadores José Carlos Silva, Joana Vidinha e Francisco Maurício, e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha. Quanto à localização, ficou o espaço por definir.-----

-----5-PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO "EUROPE DIRECT"-----

-----Posto à consideração a minuta do Protocolo a celebrar com a

Escola Superior de Gestão, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----5-APOIO FINANCEIRO PARA DESLOCAÇÃO A FRANÇA -----

-----Foi presente uma carta de alunas do nono ano da Escola Básica, segundo e terceiro ciclos Febo Moniz, de Almeirim, onde solicitam apoio financeiro para visita de estudo a Paris, a realizar entre os dias vinte e dois e vinte e sete de Março de dois mil e nove.-----

-----Com a informação já prestada pela Senhora Vereadora Joana Vidinha à Escola, de que o pedido seria recusado, a exemplo de anos anteriores, com excepção do ano lectivo dois mil e sete dois mil e oito, foi este assunto retirado da Ordem de Trabalhos.-----

-----5-PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICIPIO DE ALMEIRIM E PINGO DOCE - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA-----

-----Foi presente a minuta do contrato a celebrar entre a Autarquia e Pingo Doce, SA, com o objectivo de proporcionar aulas de natação a bebés, mediante requisitos a cumprir.-----

-----Posto a votação, foi o protocolo aprovado por unanimidade.-

-----5-PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SISTEMAS PUBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA E DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS-----

-----Foi pelo Senhor Presidente da Câmara, presente a proposta de Regulamento dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, de Regulamento da responsabilidade dos Municípios que integram a empresa intermunicipal AR-Águas do Ribatejo, EIM e para cumprimento pela mesma empresa com destino a apreciação antes do Inquérito Público.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, aprovar o Regulamento dos

Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, e determinar que será efectuada a consulta pública do mesmo pela entidade "AR Águas do Ribatejo EIM".-----

-----Votaram contra, e fizeram Voto de Vencido perante a proposta, os Senhores Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha fez o seguinte Voto de Vencido:-----

-----"Voto contra e faço Voto de Vencido em consonância com as posições que assumi pela gestão das águas e saneamento a uma empresa intermunicipal. Como a CDU denunciou, este Regulamento não irá ao encontro dos interesses da população e do desenvolvimento e ambiente numa matéria fundamental à vida: a água. O regulamento aqui apresentado, se bem que tem a oportunidade a aprofundar, deixa já claro uma visão da gestão da água, que atende à empresa e não o facto desta ser um recurso à vida. Exemplo, é a proposta de se poder cortar a água a alguém por a leitura do contador estar inacessível, o que é uma constante nas zonas urbanas, pelas diversas razões".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício prestou a seguinte declaração:-----

-----"Voto Contra e Faço voto de vencido, em consonância com as minhas posições anteriores, no que às Águas do Ribatejo diz respeito.-----

-----Tem sido evidente o empobrecimento e o esvaziamento progressivo deste projecto que consagra a separação prática e pouco salutar entre as Câmaras a Norte e a Sul do Tejo. Interrogo-me quanto à razão política e estratégica para a opção por uma empresa intermunicipal, quando todos sabemos que a "aposta" mais "acertada" e que melhor defende o interesse público municipal, isto é o interesse dos cidadãos seria uma parceria público - privada (detentores de estruturas técnicas de gestão competentes) que são "estimuladas" e apoiadas e permite aos Municípios desenvolver todos os investimentos projectados e

ainda ser recebedores de uma renda pela utilização dos bens públicos concessionados.-----

-----Não foi feito o estudo/diagnóstico da situação actual o que origina uma completa ausência de estratégia e planeamento acertado em relação à prioridade dos projectos a levar a cabo.--

----- Não foram indicados os projectos a ser financiados e garantidos pelo investimento que irão ser incluídos de modo a que a população de Almeirim não venha a ser um contribuinte líquido e pagador dos interesses dos outros Municípios?-----

-----Como vai ser a estrutura do quadro de pessoal e a que regras vai obedecer a estrutura organizacional?-----

-----Aumentos do preço da água. Se o projecto anterior das Águas do Ribatejo já iria ter um elevado impacto nos aumentos dos preços da água, do saneamento e respectivos serviços, em Almeirim os preços agora propostos agravam bastante mais essa situação, nomeadamente atingindo gravemente os mais necessitados e os reformados, isto é, os de menos posses".-----

-----O Senhor Presidente ditou a declaração do seguinte teor:---

-----"Voto a favor porque se trata de um Regulamento indispensável ao funcionamento de uma empresa, que optou por ser intermunicipal para que as autarquias possam gerir os serviços de água e saneamento. Foi feito um diagnóstico rigoroso da situação de cada um dos concelhos e feito um estudo de viabilidade financeira. Aprovado pelos executivos e Assembleias Municipais de todos os Municípios e aceites pelas autoridades nacionais e da União Europeia, consubstanciado na aprovação de projectos pelo fundo de coesão".-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não usar o direito de preferência na venda que Carlos Jorge Marques de Carvalho, pretende fazer da fracção autónoma, designada por letra "D", correspondente ao primeiro andar esquerdo, do prédio urbano sito na Rua Vinha do Santíssimo, bloco vinte e quatro,

freguesia e concelho de Almeirim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o número 2524, inscrito na matriz sob o número 5486.-----

----- A Câmara deliberou não usar o direito de preferência da fracção autónoma, designada por letra "D", correspondente ao primeiro andar esquerdo, do prédio urbano sito na Rua de Alpiarça, bloco dez, freguesia e concelho de Almeirim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o número 2146, inscrito na matriz sob o número 5249, em nome de Maria da Natividade Campos Guerra, a fim de proceder à transferência de crédito da instituição bancária.-----

-----**2-PESSOAL**-----

-----DISPENSA DE FUNCIONÁRIO - Foi presente o requerimento em que o funcionário José Jacinto Pereira dos Santos, solicita que lhe sejam justificadas as faltas, sem ter de recorrer a dias de férias, aquando da sua participação no Campeonato Nacional de Pesca a Carpa, a realizar nos meses e dias a seguir indicados:--

-----Junho: dias onze, doze, treze e catorze;-----

-----Julho: dias nove, dez, onze e doze;-----

-----Outubro: dias oito, nove, dez e onze.-----

-----Posto à votação foi deliberado aprovar por unanimidade o pedido do funcionário.-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - O Sr. Presidente deu conhecimento do seu Despacho que determina a tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, equiparando a feriado esta festividade.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----ACTAS - Foi aprovada a acta de dezanove de Janeiro de dois mil e nove, previamente distribuída a todos os Autarcas.-----

-----À acta de dois de Fevereiro de dois mil e nove, foi solicitado pela Senhora Vereadora Manuela Cunha que fossem feitas as alterações ditadas por ela, para posterior aprovação.-

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----Às dezoito horas e cinco minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativa da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa

